

Você ainda pode ter desconto no IR.

Faça uma Previdência PGBL Itaú até o dia 30/12 e pague menos imposto de renda no ano que vem.*

Investindo até 12% da sua renda bruta anual, você poderá deduzir esse valor na declaração completa do IR 2015. Não perca a data: invista até 26/12 nos canais eletrônicos ou até 30/12 nas agências. Saiba mais em www.itaui.com.br/ir

invista

Quando você investe, o seu mundo muda _;-)

Itaú. Feito para você.



*Invista até o dia 30/12/2014 às 12h nas agências, ou se preferir programe o seu débito até o dia 26/12/2014 às 12h nos canais eletrônicos. Se você investir até 12% da sua renda bruta tributável anual numa Previdência Itaú PGBL, poderá deduzir esse valor na sua declaração do IR 2015, caso o modelo completo de declaração seja utilizado e desde que também contribua para o INSS. Outras rendas e despesas são levadas em consideração no cálculo do Imposto de Renda devido na Declaração de Ajuste Anual. Informações reduzidas. Prevalecem os termos dos regulamentos que você recebe na contratação dos planos, de acordo com a legislação vigente. Os recursos dos planos de previdência são aplicados em fundos de investimento, que não possuem garantia de rentabilidade, podendo, inclusive, ter rentabilidade negativa. O registro desses planos na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. Os planos de previdência apresentam tributação no resgate ou no recebimento de renda, conforme sua escolha na contratação: tributação progressiva compensável ou tributação regressiva definitiva. Itaú Flexprev PGBL – Processo SUSEP nº 15414.000649/2011-05 Itaú Vida e Previdência S.A. – CNPJ nº 92.661.388/0001-90. A dedução está condicionada ao recolhimento de contribuições para o regime geral de previdência social ou, quando for o caso, para regime próprio de previdência social dos servidores públicos. A dedução está condicionada à utilização da declaração completa de imposto de renda. Consultas, informações e serviços transacionais: acesse itaui.com.br ou ligue 4004 4828 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 970 4828 (demais localidades), todos os dias, 24 horas por dia, ou procure sua agência. Reclamações, cancelamentos e informações gerais, ligue para o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas por dia. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722, todos os dias, 24 horas por dia.

Política

Governo Em 12 anos, legenda sempre controlou oito pastas mas nunca comandou Transportes ou Integração Nacional

‘Dono’ de área social, PT cede infraestrutura

Cristian Klein
De São Paulo

Em meio à reforma ministerial que a presidente Dilma Rousseff deslança para o segundo mandato, o histórico de ocupação do primeiro escalão nos governos petistas é o melhor indicador para prever como será a divisão de espaços entre o aliados. E a conclusão é que — apesar das mudanças em curso — a margem para inovação é baixa.

Retrospecto mostra que não só determinadas pastas se tornaram verdadeiros “feudos”, como a influência sobre grupos inteiros de ministérios ajuda a entender o padrão por trás da distribuição dos cargos de primeiro escalão.

Desde que chegou ao poder em 2003, o PT é o partido que predomina nos ministérios da área social (sempre teve, por exemplo, o ministro da Educação). Em seguida vêm os setores econômico (nunca deixou o Ministério do Planejamento) e, numa menor proporção, os “de governo”, conforme classificação da própria administração federal.

De acordo com levantamento do **Valor**, a partir de dados da FGV-Rio, é no setor de infraestrutura — que reúne ministérios como Cidades, Transportes, Integra-

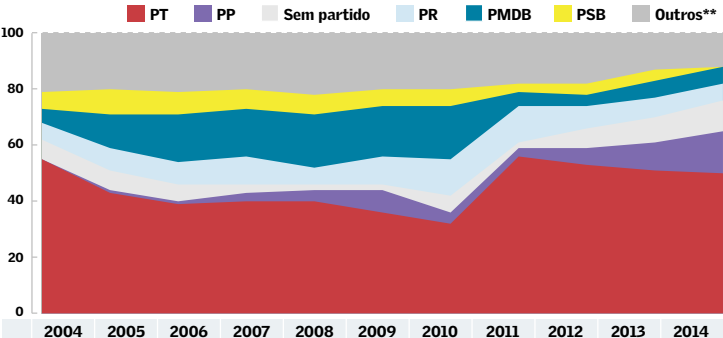
ção Nacional, Minas e Energia — que o PT tem tradicionalmente cedido aos seus aliados. Os petistas nunca estiveram à frente dos Transportes ou da Integração Nacional. Em 12 anos, o maior parceiro da coalizão, o PMDB, já administrou dez pastas, mas são Minas e Energia e Agricultura (maior concessão petista nos ministérios econômicos) que se tornaram seus bastiões. Ambos serão mantidos pela legenda.

O PR, entre idas e vindas, é o “don” dos Transportes desde 2003. Em 80% deste período, o PP esteve no comando de Cidades. Aqui, a tendência é que haja uma inovação, com a ida de Gilberto Kassab, do PSD, para a pasta. Em compensação, o PP assumiria a Integração. Uma mexida importante, mas dentro do mesmo grupo dos ministérios de infraestrutura.

Do total de 39 pastas o PT controlou oito de modo ininterrupto desde 2003: foram quatro na área social (Educação, Desenvolvimento Social, Mulheres e Racial), três na econômica (Fazenda, Planejamento e Desenvolvimento Agrário), uma no setor governo (Secretaria-Geral) e nenhuma em infraestrutura. Entre os aliados, só o PCdoB detém poder tão longo sobre um ministério, o do Esporte.

O quinhão de cada partido*

Com Dilma, PT recuperou orçamento pré-mensalão – em %



Fonte: DAPP-FGV * Percentual do orçamento discricionário, ou seja, livre de despesas obrigatórias, em relação ao total pago ao ministérios; ** Inclui PCdoB, PDT, Pros, PRB, PSD, PV, PTB, PPS e “ministérios especiais” (Defesa e Relações Exteriores)

Para o cientista político Octavio Amorim, o “PT tem que ter uma prioridade”, sendo a óbvia a área social, seu “porta-estandarte”. “Já a força do PMDB reside nos municípios e seus ministérios precisam carrear recursos para esta base”, diz.

Em sete pastas, o PT não comandou o tempo todo, mas também não cedeu a legendas aliadas — pôs ministros sem filiação partidária. A Casa Civil só não esteve 100% com os petistas por conta da breve passagem de Carlos Eduardo Esteves Lima, por três meses e meio, no fim do segundo mandato Lula. Ou seja, em 15 das 39 pastas (38%) partidos aliados nunca entraram.

O predomínio do PT é ainda maior se levarmos em conta a fatia de orçamento discricionário, isto é, livres para investimentos, de que dispõem seus ministros. Em 2014, as pastas comandadas pelos petistas receberam 50% dos recursos pagos, de acordo com a Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP), da FGV-Rio. Mais 11% foram para ministros sem filiação. Dos demais 39%, 10% correspondem a verbas consideradas de ministérios especiais (Defesa e Relações Exteriores) e 28% foram para pastas controladas por partidos da coalizão.

O desequilíbrio na distribuição

de cargos e recursos aos partidos aliados está entre as principais causas de problemas de governabilidade entre o Executivo e o Congresso.

O orçamento discricionário à disposição dos ministros petistas saltou de 32%, em 2010, último ano do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para 56%, no primeiro ano do mandato de Dilma. A expansão do PT se deu às custas da redução da fatia do PMDB, que caiu de 19% para 6%.

Para o pesquisador e cientista político do DAPP, Luís Felipe da Graça, a principal explicação para o encolhimento das verbas do PMDB estaria no fato de o partido ter passado a ocupar a Vice-Presidência da República. “Com Michel Temer como vice de Dilma, o PMDB deixa de ser um simples aliado para ser, juridicamente, um sócio do governo”, afirma.

O grande marco foi a perda do Ministério da Saúde, que os pemedebistas ocupavam desde julho de 2005, depois do estouro do mensalão — quando Lula cedeu em troca de apoio no Congresso.

A fase pré-mensalão, por sinal — como agora, com Dilma — também foi marcada pelo maior expansionismo do PT. Coincidência ou não, em ambos os períodos o PMDB ocupou a Previdência, que tem a maior

receita de todos, mas cujo orçamento discricionário representa apenas 0,5% do total. Nas negociações em curso para a formação do novo ministério Dilma, o PMDB já anunciou que não quer mais a pasta, por considerá-la um abacaxi.

Ministérios cobiçados são os que têm orçamento, capacidade de realizar políticas públicas e a sempre citada “capilaridade” — ou seja, a estrutura física do governo federal que chega a Estados e municípios, com cargos à disposição que permitem ao partido exercer influência local.

O parâmetro tradicional na distribuição dos ministérios geralmente é o tamanho das bancadas partidárias no Congresso. Mas não é decisivo. “Depende, às vezes não”, diz o senador petista e ex-ministro da Saúde, Humberto Costa, ao citar o PSD, que já tem a Secretaria da Micro e Pequena Empresa e deve ganhar Cidades.

Famoso por pressionar o governo, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) nega que o interesse dos pemedebistas pelas Minas e Energia tenha como meta a proximidade com grandes financiadores de campanha. “Não olharia por aí”, afirma, ao argumentar que empresas estatais do setor, como a Petrobras, são “um ministério à parte”.

Cada um no seu ministério

Em 12 anos, PT ocupou mais as pastas da área social e distribuiu as de infraestrutura para os partidos aliados

	PT	PMDB	PCdoB	PV	PDT	PTB	PRB	PSD	PR	PSB	PP	PPS	Sem filiação partidária
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Setor social	LULA 1				LULA 2				DILMA 1				
Educação													
Saúde													
Desenvolvimento Social e Combate à Fome													
Previdência Social													
Esporte													
Cultura													
Trabalho e Emprego													
Secretaria de Direitos Humanos													
Secretaria de Políticas para as Mulheres													
Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial													
Setor econômico													
Fazenda													
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior													
Desenvolvimento Agrário													
Agricultura, Pecuária e Abastecimento													
Planejamento, Orçamento e Gestão													
Turismo													
Pesca e Aquicultura													
Secretaria da Micro e Pequena Empresa													
Setor governo													
Casa Civil													
Secretaria-Geral													
Relações Institucionais													
Justiça													
Defesa													
Relações Exteriores													
Ciência e Tecnologia													
Secretaria de Assuntos Estratégicos													
Secretaria de Comunicação Social													
Gabinete de Segurança Institucional													
Setor infraestrutura													
Cidades													
Transportes													
Integração Nacional													
Secretaria de Aviação Civil													
Meio Ambiente													
Minas e Energia													
Comunicações													
Secretaria Especial de Portos													

Fonte: FGV-Rio com elaboração do Valor. Sem incluir Controladoria Geral da União, Advocacia Geral da União e Banco Central, que têm status de ministério